

AVANÇOS E CONQUISTAS DO COOPERATIVISMO

2012



Fecoopar

Presidente

João Paulo Koslovski

Vice-presidente

Valter Pitol

Tesoureiro

Ricardo Accioly Calderari

Secretário

Luiz Roberto Baggio

Secretário Suplente

Manfred Alfonso Dasenbrock

Conselho Fiscal

Titulares

Carlos Yoshio Murate

Jacir Scalvi

Rudinei Carlos Grigoletto

Suplentes

Jorge Karl

Dorival Bartzike

Orestes Barrozo Medeiros Pullin

Delegados

João Paulo Koslovski

Luiz Roberto Baggio

Suplente

Valter Pitol

Superintendente

Nelson Costa

Ocepar

Presidente

João Paulo Koslovski

Diretores

José Aroldo Gallassini

Jorge Karl

Manfred Alfonso Dasenbrock

Orestes Barrozo Medeiros Pullin

Paulino Capelin Fachin

Renato José Beleze

Valter Vanzella

Alfredo Lang

Carlos Yoshio Murate

José Fernandes Jardim Júnior

Luiz Roberto Baggio

Marino Delgado

Renato João de Castro Greidanus

Ricardo Silvio Chapla

Conselho Fiscal

Titulares

Paulo Roberto Fernandes Faria

José Rubens Rodrigues dos Santos

Lauro Osmar Schneider

Suplentes

Paulo Henrique Cariani

Tácito Octaviano Barduzzi Jr

Urbano Inácio Frey

Superintendente

José Roberto Ricken

Sescoop/PR

Presidente

João Paulo Koslovski

Conselho Administrativo

Titulares

Jorge Karl

Jaime Basso

Soraya Galvão

Wilson Thiesen

Suplentes

Alvaro Jabur

Valter Vanzella

Prentice Balthazar Júnior

Renato Nobile

Conselho Fiscal

Titulares

Luiz Humberto de Souza Daniel

Edvino Schadeck

Amilton Pires Ribas

Suplentes

Luiz Roberto Baggio

Sebaldo Waclawovsky

Marcos Antonio Primão

Superintendente

José Roberto Ricken

AVANÇOS E CONQUISTAS DO COOPERATIVISMO EM 2012

No Paraná, o cooperativismo tem crescido de forma consistente. Isto se deve muito às inúmeras ações realizadas ao longo dos últimos anos e que proporcionaram ao sistema avanços e conquistas significativas.

Para seu conhecimento, fazemos aqui um breve resumo sobre algumas dessas ações e que, na prática, resultaram em vitórias importantes no ano de 2012. Fruto do trabalho realizado pelo Sistema OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), contemplando as Organizações Estaduais (OCE's), Conselhos Especializados de ramos e também as próprias cooperativas paranaenses e brasileiras.

Para facilitar o entendimento, os avanços e conquistas descritos nesta publicação foram separados em dois grupos: avanços e conquistas em âmbito nacional e aqueles relacionados ao Paraná.

João Paulo Koslovski

Presidente do Sistema Ocepar

AVANÇOS E CONQUISTAS NACIONAIS

Frente Parlamentar do Cooperativismo

Criada em 1986, a Frencoop - Frente Parlamentar do Cooperativismo atua em defesa dos interesses das cooperativas junto ao Congresso Nacional. É uma entidade de interesse público, suprapartidária e sem fins lucrativos, de âmbito nacional. Nesses mais de 20 anos, a Frencoop aproximou as propostas cooperativistas do processo decisório político e teve uma participação constante no debate com os três poderes da República. Atualmente, a Frente é composta por 251 parlamentares – 222 deputados federais e 29 senadores – com representatividade em todos os estados e na maioria dos partidos políticos. A bancada do Paraná participa de forma atuante desta frente, defendendo os interesses do setor cooperativista do estado.

Casa Civil da Presidência da República

O presidente da Ocepar participou de várias reuniões com a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, para tratar de políticas ligadas ao setor cooperativo. Um desses encontros aconteceu no dia 7 de março, quando foi discutido o tema Programa de Aceleração do Crescimento - PAC Agropecuário, com a participação do secretário executivo do Mapa, José Carlos Vaz, do diretor de Agronegócio do Banco do Brasil, Osmar Dias, do presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas, e de outras autoridades. Outro encontro foi no dia 21 de novembro, no qual estiveram presentes membros da diretoria da Ocepar. Na ocasião houve a apresentação de propostas de medidas estruturantes para o cooperativismo e abordagem de outros assuntos de interesse das cooperativas, focando a necessidade de solução das questões emergenciais.

Desoneração da folha de pagamento

O governo federal iniciou o processo de desoneração da folha de pagamento por meio da Lei nº 12.715/2012, originária da Medida Provisória 563 (PLV 18), incluindo o setor têxtil e uma variedade de outros segmen-

tos. No entanto, a medida, ao invés de reduzir, aumentou a tributação em alguns segmentos como o de cereais e de suínos vivos, o que levou o Sistema Ocepar e o Sistema OCB a articular junto ao Congresso Nacional e à Receita Federal para mudar o texto. Esta mesma atuação foi realizada junto à Casa Civil da Presidência da República. Ao sancionar a Lei nº 12.715, o governo acabou por vetar os itens solicitados pelo setor, mas na sequência, os pleitos das cooperativas foram contemplados com a publicação da MP 582/2012, que incluiu mais 25 setores entre os beneficiados da desoneração.

Prodecoop

No início do ano de 2012, o Ministério da Fazenda remanejou recursos do Prodecoop para outros programas. Por conta disso, vários projetos ficaram paralisados, levando a OCB e Ocepar a realizar gestões junto ao governo para restabelecer o montante de recursos previamente alocado. Atendendo ao pleito do setor, o Conselho Monetário Nacional (CMN) realocou para o programa R\$ 850 milhões, restabelecendo o montante de recursos inicialmente previsto, permitindo atender a demanda apresentada nos projetos elaborados pelas cooperativas. Para o ano safra 2012/2013, o limite de financiamento por cooperativa foi elevado para R\$ 100 milhões, os juros reduzidos de 6,75% para 5,5% ao ano e os recursos alocados passaram para R\$ 2 bilhões.

Procap-Agro

O total de recursos anunciados passou de R\$ 2 bilhões para R\$ 3 bilhões e o limite de financiamento na linha Procap-Agro Giro aumentou de R\$ 25 milhões para R\$ 50 milhões. Os juros para a modalidade integralização de cotas partes baixou de 6,75% para 5,5% ao ano. Para capital de giro, houve redução de 9,5% para 9% ao ano, enquanto o pleito da Ocepar e OCB era de 5,50% ao ano. Para crédito emergencial, foram alocados R\$ 200 milhões para renegociação de débitos de associados afetados pela estiagem, objetivando alongar seus débitos junto às cooperativas agropecuárias, com limite de R\$ 10 milhões por cooperativa e juros de 5,5% ao ano.

Progeren

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) incluiu no rol dos beneficiários do Programa de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda (Progeren) as sociedades cooperativas. Este programa financia capital de giro de até R\$ 50 milhões ou 20% da receita operacional bruta da cooperativa do setor lácteo, o que for menor, com juros de Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP mais encargos dos agentes financeiros e prazo de até 3 anos para pagamento.

Cooperativas de Crédito

O Banco Central (BC) baixou a Resolução 4.150, de 30 de outubro de 2012, criando o Fundo Garantidor de Créditos de Cooperativas (FGCoop). Com o FGCoop, as cooperativas dispõem de mecanismos para garantir os depósitos dos associados. O próprio sistema cooperativo passará a gerir o FGCoop, pois se trata de um fundo privado, cuja criação surgiu de discussões no Conselho Especializado da OCB (CECO), vindo ao encontro das necessidades de modernização do cooperativismo de crédito.

Cooperativas de Trabalho

Após um longo período de discussão no Congresso Nacional, no ano passado foi sancionada a Lei nº 12.690, que regulamentou a atuação das cooperativas de trabalho. A expectativa do ramo é de que, com o novo marco regulatório, as cooperativas que atuam nesse segmento tenham melhores condições para se desenvolverem.

Plano Agrícola e Pecuário

As políticas de apoio contempladas no Plano Agrícola e Pecuário (PAP) atenderam as propostas apresentadas ao governo pelos Sistemas Ocepar e OCB. Como no início do ano o próprio governo deu sinalização de que seu desejo era alavancar o setor, foram realizadas inúmeras reuniões para discutir e apresentar sugestões, entre as quais na Casa Civil da Presidência da República e nos Ministérios da Agricultura e da Fazenda. Foram realizados dois eventos que contaram com a presença do ministro da agricul-

tura, Mendes Ribeiro, um deles em Curitiba, e outro em Brasília. O Plano Safra 2012/13 contemplou uma série de medidas que vinham sendo pleiteadas pelas entidades cooperativistas há muito tempo.

Pronamp

O total de recursos disponibilizados para o Programa de Financiamento ao Médio Produtor (Pronamp) aumentou de R\$ 8,31 para R\$ 11,15 bilhões, e a alíquota do Proagro para o programa foi reduzida para 3%, com adesão obrigatória ao Proagro ou ao Seguro Rural.

Redução da taxa de juros

Uma importante conquista do setor foi a redução da taxa de juros de 6,75% para 5,5% ao ano para operações da agricultura empresarial e de 6,25% ao ano para 5,0% para o médio produtor rural (Pronamp). Para a agricultura familiar a taxa de juros foi fixada em 2,0% ao ano para o Programa Mais Alimentos (investimento) e de 1,5% a 4,0% ao ano para custeio.

Limites de financiamentos rurais

Ampliação dos limites de financiamento por produtor e cultura de R\$ 650 mil para R\$ 800 mil. Elevação dos limites de crédito para aquisição de insumos e de pré-custeio para fornecimento aos cooperados de R\$ 150 mil para R\$ 200 mil por produtor em média. Para o milho, o teto adicional para financiamento de custeio aumentou de R\$ 500 mil para R\$ 800 mil, em operações de crédito rural.

Seguro Rural e Proagro

Elevação dos recursos para subvenção do seguro rural para R\$ 400 milhões. Para a safra de inverno 2013, o governo elevou de R\$ 60 milhões para R\$ 90 milhões para subvenção ao prêmio do seguro rural. Ampliação do limite de cobertura do Proagro de R\$ 150 mil para R\$ 300 mil por safra. Participação das reuniões da 5ª turma de julgamento da Comissão Especial de Recursos do Proagro - CER/Proagro, onde foram julgados 572 processos pendentes de produtores rurais do Paraná e de Santa Catarina.

Leilões de PEP trigo

A dificuldade de comercialização do trigo no mercado levou os Sistemas Ocepar e OCB pleitearem ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento (Mapa) a realização de leilões de Prêmio de Escoamento de Produto (PEP) para apoiar a venda do produto. De imediato o Mapa, atendeu ao pleito e realizou diversos leilões de PEP e assim o mercado se normalizou e os produtores tiveram acesso ao preço mínimo. Somente no Paraná foram vendidas 615 mil toneladas.

Preço mínimo trigo

O preço mínimo para a safra 2012 foi reajustado em 5% e estabelecido um cronograma de apoio à comercialização de até 2,5 milhões de toneladas por meio de leilões de PEP/PEPRO e 300 mil toneladas em AGF. Para a safra 2013, ocorreu novo reajuste no preço mínimo do trigo em 6% e garantidos R\$ 430 milhões para apoio à comercialização e R\$ 90 milhões para subvenção ao prêmio do seguro rural.

Renegociação de débitos

A falta de chuvas nas regiões produtoras durante a safra de verão de 2011/2012 levou os Sistemas Ocepar e OCB a reivindicar várias medidas para apoiar os agricultores e cooperativas, quando o governo federal baixou as seguintes medidas: Renegociação das dívidas de custeio e investimento do crédito rural, vencíveis em 2012, para produtores localizados nos municípios em situação de emergência; Concessão de crédito emergencial de R\$ 200 milhões para renegociação de débitos referentes à aquisição de insumos pelos agricultores junto às cooperativas, visando o alongamento dos débitos, limitado a R\$ 40 mil por produtor, com juros de 5,5% ao ano.

Dívida ativa da União

O governo federal por intermédio da Lei nº 12.788/12 reabriu o prazo para renegociação ou liquidação das operações de crédito rural inscritas na Dívida Ativa da União. Os produtores rurais e suas cooperativas que

possuíam dívidas inscritas na DAU, até outubro de 2010, podem renegociar ou liquidar suas dívidas até o dia 31 de agosto de 2013.

Código Florestal

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 25 de abril de 2012, o novo Código Florestal, em 2ª votação, com as mudanças propostas pelo relator da matéria, deputado federal Paulo Piau. O texto foi enviado para sanção da Presidência da República, que vetou alguns pontos considerados essenciais, todavia, paralelamente, baixou Medida Provisória dando nova redação para os dispositivos vetados.

Os Sistemas Ocepar e OCB participaram ativamente de todas as discussões, assessorando parlamentares e apresentando estudos e sugestões para dar subsídios aos deputados na defesa dos posicionamentos do setor. As lideranças cooperativistas foram mobilizadas e participaram das seções de votação na Câmara e no Senado Federal. Inúmeros contatos foram feitos com os ministros da Casa Civil, do Meio Ambiente, da Agricultura e com parlamentares, discutindo os pontos considerados essenciais, oferecendo estudos e análises dos impactos da nova legislação para o setor rural.

O debate em torno da elaboração do novo Código Florestal foi o mais intenso dos últimos dez anos no Congresso Nacional e o setor cooperativista se mobilizou e mostrou sua força, participando tanto tecnicamente como politicamente, conversando com os parlamentares reafirmando seus posicionamentos, em função dessa mobilização, o novo código atendeu a maioria dos pontos pleiteados pelo setor cooperativista.

Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental TCFA - IBAMA

O setor cooperativista manifestou-se contrário a criação da Lei nº 10.165/2000, mas não obteve êxito. Desta forma, as cooperativas efetuaram seus cadastros junto ao IBAMA como entidades sem fins lucrativos. Acontece que em 2012, o IBAMA notificou várias cooperativas alegando que o cadastro estava incorreto, exigindo a imediata correção e pagamento referente aos últimos cinco anos pela classificação que o órgão

entendia como correta. Os Sistemas Ocepar e OCB foram acionados e realizaram inúmeras gestões junto ao órgão ambiental o qual reconheceu que houve falha, alterando seu sítio eletrônico para possibilitar que as cooperativas fizessem um novo cadastro como “entidades sem finalidade lucrativas não filantrópicas” e passou a exigir o pagamento a partir do novo cadastro, sem a necessidade de pagar de forma retroativa.

Imposto sobre operações financeiras

O governo, através da Medida Provisória nº 539/2011, convertida na Lei nº 12.543/2011 taxou as operações com derivativos em até 25% de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), trazendo sérios problemas para os contratos de comercialização de grãos realizados para proteção cambial (hedge). Inúmeras ações foram realizadas para restabelecer a alíquota “zero”, o que efetivamente ocorreu com a aprovação da Lei nº 12.543/2011, resultante do projeto de conversão da referida MP tendo o Executivo baixado o Decreto nº 7.669, de 15 de março de 2012, estabelecendo alíquota “zero” de IOF nas operações para produtos agropecuários.

Esta medida foi resultado de trabalhos do sistema cooperativista que convenceu o Governo e parlamentares de que a implementação desta medida dificultaria o acesso dos produtores aos mecanismos de proteção de preços de produtos agropecuários. Este fato representaria um grande retrocesso a toda evolução dos mecanismos que auxiliam na sustentação do agronegócio, que muito se discute no setor, sendo uma necessidade do produtor o uso de instrumentos de proteção de preços, conhecidos como hedge ou derivativos.

PIS e COFINS sobre o setor café

A Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012, estabeleceu nova sistemática de incidência do PIS e Cofins para o café. Resultante do projeto de conversão da MP 545/2011, decorrente de estudos e pleitos do setor cafeeiro e das cooperativas. A Lei suspendeu a incidência destas contribuições em toda a cadeia do café, incentivando a indústria cafeeira pela concessão de crédito presumido de 80% (era 35%) nas aquisições para

industrialização e 10% no caso de comercialização dos grãos no mercado interno e/ou exportações.

PIS e COFINS das Cooperativas de Táxi

Através da Lei nº 12.649, de 17 de maio de 2012, permitiu-se a exclusão do ato cooperativo da base de cálculo do PIS/Cofins cumulativo e a remissão da dívida com estes tributos em relação ao ato cooperativo das cooperativas de taxistas. Essa medida resultante da Conversão da MP 549/2011, foi fruto de pleitos do Sistemas OCB e Ocepar a pedido das cooperativas de táxi.

Cooperativas de Transportes

A Lei nº 7.713/1988 foi alterada pela Medida Provisória nº 582/2012, passando a tributação pelo imposto de renda dos serviços de transporte de 40% para 10% do rendimento bruto em cargas realizado pelos autônomos, dando novo impulso ao setor.

Limite de peso por eixo de caminhão

Objeto de reivindicações dos Sistemas Ocepar e OCB há vários anos e que o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) adotou medidas paliativas sistematicamente. No mês de abril de 2012, através da Resolução nº 403, a prorrogação da tolerância de 7,5% foi estendida até 31/01/2013 e posteriormente por meio da Resolução nº 430, de 23 de janeiro de 2013, este prazo foi prorrogado para 31 de dezembro de 2013. Várias ações têm sido realizadas na Câmara Federal, onde tramita o Projeto de lei que aumenta de 5% para 10% a tolerância máxima de limite de peso por eixo de caminhões, porém, até o momento a matéria continua em discussão.

Leite em pó

Foi realizado um acordo de cotas para exportação de lácteos da Argentina para o mercado brasileiro. Fazendo com que a Argentina possa exportar 3,6 mil toneladas mensais de leite em pó para o Brasil, mantendo a cota anterior. O acordo valerá de fevereiro de 2013 até janeiro de 2014. Em 2012

o acordo com a Argentina venceu em outubro, tendo sido prorrogado até que as partes chegassem a um novo entendimento, o que aconteceu durante reunião realizada em Buenos Aires, em janeiro de 2013.

Zoneamento agrícola da soja

Em função das mudanças que o Ministério da Agricultura promoveu no zoneamento para o plantio da soja no Paraná, alterando de 20 de setembro para 1º de outubro o início do plantio, a Ocepar foi acionada e promoveu reuniões com as cooperativas e a Embrapa para dar respaldo técnico para solicitar ao Ministério mudanças nos critérios adotados. Prontamente o MAPA entendeu que o pleito era justo e publicou uma retificação da Portaria Nº 135, promovendo ajustes no zoneamento e assim atendendo as solicitações das cooperativas. Em consequência, a semeadura pôde ser feita em solos argilosos das regiões Oeste, Noroeste e Norte do Estado a partir do dia 21 de setembro, o que permitiu o plantio de cerca de 1,4 milhão de hectares no último decêndio de setembro, com a possibilidade de contratação de Proagro e Seguro Rural.

Medidas para a suinocultura

Diante da crise da suinocultura pela elevação de custos e dificuldades nas exportações, provocando constantes prejuízos para os produtores, foram feitas diversas gestões junto ao governo federal para dar apoio ao setor, culminando com a aprovação de algumas medidas importantes: Estabelecimento de um preço mínimo para o suíno; Linha especial de crédito para a aquisição de leitões e retenção de matrizes com taxa de juro de 5,5% ao ano; Prorrogação das operações de crédito rural de custeio e investimento para suinocultores.

Medidas para a avicultura

O ano de 2012 foi marcado por uma grave crise de renda do setor avícola, que descapitalizou muitas agroindústrias e produtores, dificultando o atendimento das exigências das Instruções Normativas Nº 56 e 59. O Ministério da Agricultura publicou a Instrução Normativa nº 36 que

amenizou o processo aos avicultores que ainda não cumpriram todas as exigências para o registro dos estabelecimentos avícolas, dando melhor condição para a adequação do setor.

Setor da laranja

Mereceu atenção devido a dificuldades nas exportações e elevado volume de produção, necessitando medidas de apoio do governo federal que baixou medidas para minimizar a crise dos produtores, dentre elas: a fixação de um preço mínimo de R\$ 10,10 por caixa de laranja; o alongamento do prazo para pagamento do custeio; a criação de uma linha de manutenção de pomares com limite de R\$ 150 mil por produtor, com juros de 5,5% ao ano e prazo de até cinco anos e a possibilidade de contratação de operações de garantia do preço ao produtor (EGF).

Produção de maçã

Autorizada a composição de dívidas por meio da contratação de operação de crédito rural com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para liquidação de operações de crédito rural de investimento contratadas por produtores de maçã, com a disponibilização de até R\$ 300 milhões com prazo de financiamento de até 10 anos, incluindo um ano de carência, e taxa de juros de 7,5% ao ano. Podendo ser renegociadas as dívidas originárias de uma ou mais operações do mesmo mutuário contratadas até 30 de dezembro de 2010.

Roberto Rodrigues, Embaixador Especial da FAO

O cooperativista Roberto Rodrigues, que já foi, entre outras funções, presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) foi nomeado no dia 29 de maio de 2012 como Embaixador Especial da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) para o cooperativismo mundial.

Dia Nacional do Cooperativismo de Crédito

Homenageando o Ano Internacional das Cooperativas, a presidente da

República, Dilma Rousseff, sancionou no dia 08 de maio de 2012, a Lei nº 12.620, que instituiu o Dia Nacional do Cooperativismo de Crédito, a ser comemorado anualmente no dia 28 de dezembro. A data escolhida é a mesma da fundação da Sicredi Pioneira, em Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul, em 1902.

2012, Ano Internacional das Cooperativas

A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) declarou 2012 como o Ano Internacional das Cooperativas, destacando a contribuição do setor para o desenvolvimento social e econômico dos cooperados e das comunidades onde atuam e reconhecendo o trabalho para a redução da pobreza, geração de emprego e integração social. Além de aumentar a consciência pública sobre a importância do setor, essa iniciativa da ONU objetivou promover a expansão do cooperativismo e, ainda, incentivar os governos a estabelecer políticas, leis e regulamentos propícios para a formação, crescimento e estabilidade do setor cooperativista.

Sessão Especial no Congresso Nacional

Para comemorar o Dia Internacional das Cooperativas, o Congresso Nacional convocou uma sessão solene no dia 6 de julho, no plenário do Senado. O presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), senador Waldemir Moka (MS), presidiu a sessão, que contou na mesa oficial com o presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas, demais autoridades e parlamentares.

Exposição na Câmara dos Deputados

No dia 04 de julho, uma rápida cerimônia de abertura marcou o início da exposição “Cooperativas constroem um mundo melhor”, alusiva ao Ano Internacional e promovida pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que permaneceu durante 15 dias no espaço Mário Covas, da Câmara dos Deputados.

AVANÇOS E CONQUISTAS ESTADUAIS

Frencoop Paraná

A Frente Parlamentar do Cooperativismo da Assembleia Legislativa do Paraná é composta por 10 parlamentares e foi criada no dia 21 de novembro de 2011 e instalada em 10 de dezembro do mesmo ano com objetivo de promover ações políticas em defesa do cooperativismo paranaense. Integram a Frente os parlamentares, Teruo Kato, Adelino Ribeiro, Ademir Bier, Elton Welter, Jonas Guimarães, Nelson Luersen, Pedro Lupion, Luciana Rafagnin e professor Lemos.

Dentre as ações da Frencoop/PR em 2012 está a aprovação da Lei Cooperativista Estadual e a realização da sessão solene em homenagem ao Ano Internacional das Cooperativas, no dia 25 de junho.

Em visita à Ocepar, no dia 27 de novembro, os deputados estaduais Nelson Luersen e Teruo Kato convidaram a Ocepar para audiência pública que tratou dos problemas referentes à crise na avicultura, e que aconteceu no dia 3 de dezembro.

Lei Estadual do Cooperativismo

O governador do Paraná sancionou a Lei nº 17.142, no dia 8 de maio de 2012, estabelecendo a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo. A lei é originária do Projeto de Lei (PL) n.º 039/11, aprovado no dia 16 de abril na Assembleia Legislativa e de autoria dos deputados estaduais Ney Leprevost e Pedro Lupion. A referida lei sofreu vários vetos do governador. Após negociações com o setor cooperativista, o governador enviou à Assembleia Legislativa um Projeto do Executivo com ajustes, resultando na aprovação da Lei nº 17.345, de 25 de outubro de 2012.

Dia Estadual do Cooperativismo

O governador do Paraná sancionou, no dia 02 de janeiro de 2013, a Lei nº 17.455, que instituiu o Dia Estadual do Cooperativismo, a ser comemorado anualmente no dia 04 de julho.

SISLEG

Edição da Resolução Conjunta - SEMA/IAP Nº 009/2012 que suspendeu por 180 dias os efeitos do Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente – SISLEG no Paraná, enquanto se discute as novas regras para o Código Florestal estadual adequando-o à Lei nº 12.651/12 e ao Decreto nº 7830/12.

ICMS

O Estado do Paraná publicou o Decreto nº 4.487, de 8 de maio de 2012, concedendo crédito presumido de 12% nas operações interestaduais de aquisição de soja em grãos e algodão em pluma, em substituição aos créditos normais da operação, que em razão das glosas parciais do Decreto nº 2.131/2008, reduziam-se a apenas 3,6%. O referido decreto ainda restabeleceu o crédito presumido de 5% nas operações de saídas interestaduais do café torrado em grão, moído ou descafeinado sujeito a alíquota de 12%, sem prejuízo do aproveitamento dos créditos normais das operações de aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e mercadorias utilizadas no processo produtivo, até 2014. Essas alterações vinham sendo trabalhadas pela Ocepar há vários meses e representam uma redução de custos da ordem de 18 milhões de reais por ano. O estado também atendeu o setor de suinocultura isentando do ICMS as operações interestaduais com leitões.

Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais

A Ocepar integra o Conselho com dois vogais nomeados pela Secretaria da Fazenda do Paraná. As sessões do Conselho ocorrem de 2ª a 5ª nas Câmaras e no Plenário. Os vogais analisam e julgam os processos administrativos fiscais em 2º grau de recurso e assessoram as cooperativas em assuntos relacionados aos tributos, orientando-as ou encaminhando eventuais reivindicações à Secretaria da Fazenda.

Investimentos das cooperativas

Durante o ano de 2012 as cooperativas do Estado do Paraná investiram R\$ 1,32 bilhão em projetos agroindustriais, de armazenagem, de infraes-

trutura e logística. O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) se destacou como importante parceiro do setor liberando R\$ 551 milhões em financiamentos beneficiando as cooperativas do Paraná, abrangendo 80.000 produtores rurais de todas as regiões do estado.

Campanha de Marketing Institucional

O grande diferencial em 2012 foi a decisão da diretoria do Sistema Ocepar em veicular o material da Campanha de Marketing Institucional, além da RPC/Globo, também nas emissoras RIC/Record, Band, Tarobá, Rede Massa e Celinauta, totalizando 28 emissoras em todo o estado, com uma cobertura de aproximadamente 100% da população paranaense. O início da veiculação aconteceu em 25 de novembro de 2012 se estendendo até o dia 15 de abril de 2013. Além da TV, a campanha também ocorreu nas principais emissoras de rádio do estado, sites da internet e nos jornais e revistas das cooperativas. O critério para distribuição dos recursos foi de acordo com índice de audiência de cada emissora. Além da TV, foram veiculados spots nas principais emissoras de rádio do estado e produzidos anúncios veiculados nos jornais e revistas das cooperativas. O primeiro filme teve duração de um minuto, de uma série de quatro filmes com depoimentos de pessoas sobre os mais diversos ramos do cooperativismo. O slogan principal da campanha foi “Cooperativas. Juntos a Gente Faz Melhor”.

Ações de capacitação

Ao treinar e capacitar a mão de obra das cooperativas, nos mais diversos níveis e áreas de atuação, desde operacional até na gestão e liderança, o Sescop/PR propiciou condições para que o setor pudesse responder com competência às demandas da economia global cada vez mais competitiva. Novas ferramentas foram criadas para auxiliar o processo de capacitação, tais como: Plano de Desenvolvimento Cooperativo (PDC), que faz uma avaliação dos dados financeiros das cooperativas, balanço patrimonial e social, programas de treinamento, quadro social e recursos humanos, para definir com maior precisão as necessidades

de capacitação e o Programa de Autogestão, que avalia o desempenho econômico e financeiro da cooperativa. Em 2012, foram realizados 4.999 eventos, com 144.445 participações, 67.146 horas/aula e investimentos da ordem de R\$ 18,88 milhões. No ano foram executados 44 cursos de especialização e pós-graduação.

144.445

Participantes

R\$ 18,88 mi

Investidos

4.999

Eventos realizados pelo SESCOOP/PR

67.146

Horas/aula

FECOOPAR

A Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – Fecoopar é composta por oito entidades sindicais de cooperativas e tem como principal objetivo a defesa sindical e a realização das negociações trabalhistas, envolvendo empregados e empregadores do setor.

São filiados à Fecoopar os seguintes sindicatos: Ocepar, Sincoopar Norte, Sincoopar Noroeste, Sincoopar Centrosul, Sincoopar Sudoeste, Sincoopar Oeste, Sincoopar Transporte e Sincoopar Saúde.

Negociações Sindicais

A Fecoopar em conjunto com os sindicatos filiados, realizou negociações salariais com os sindicatos dos trabalhadores que atuam no sistema cooperativista paranaense. Foram assinadas Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) para as cooperativas agropecuárias, transporte e saúde, bem como com as categorias diferenciadas dos motoristas.

Recadastramento na ANTT

O Sincoopar Transporte realizou 1.949 operações de recadastramento de associados das cooperativas de transporte no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTRC, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Cursos e Fóruns

Foram realizados pela Fecoopar em 2012 cursos e fóruns que contaram com a participação de profissionais das cooperativas e de especialistas de diversas áreas. Entre os temas abordados estão ergonomia Método Ocro, leis trabalhistas, recursos humanos, transporte, jurídico e tributário.



Av. Cândido de Abreu, 501 • Centro Cívico • 80530-000 • Curitiba • Paraná • Brasil
Fone: 55 41 3200 1100 • Fax: 55 41 3200 1199 • e-mail: ocepar@sistemaocepar.coop.br

www.paranacooperativo.coop.br